

3

Travestilidade, Transexualidade: revisão da literatura recente das Ciências Sociais

[...] não nos esqueçamos que basta inventar novos nomes, novas apreciações e novas probabilidades para criar pouco a pouco novas coisas.

(Nietzsche)

Apresento neste capítulo algumas referências que servem de fundamento ao desenvolvimento da presente pesquisa.

Neste primeiro capítulo reviso parte da literatura recente das Ciências Sociais acerca de temáticas relativamente novas no âmbito acadêmico, bem como busco realizar uma revisão teórica das mesmas.

Recentemente observa-se que nas Ciências Sociais tem crescido o interesse em discutir questões de gênero, identidades de gênero, sexualidade e orientação sexual tomando como ponto de partida novas configurações do cenário de identidades coletivas e de constituição de corpos.

Ao longo da construção histórica da humanidade, a sociedade vem sofrendo um complexo processo de construções identitárias na sexualidade humana, estabelecendo novas referências, considerando a contradição que se estabelece entre o sexo anatômico, a construção social de gênero e o padrão heteronormativo que predomina na sociedade. No decorrer dos últimos séculos, os códigos e valores ligados ao sexo, ao comportamento sexual coincidem com as transformações econômicas, sociais e políticas em que o mundo vai passando.

Aprofundarei no decorrer deste capítulo o debate relacionado à sexualidade, gênero e corporalidades, buscando uma interlocução com as Ciências Sociais e, como parte delas, com o Serviço Social, em que tais discussões vem ganhando importância, mas ainda são de pequena proporção.

A discussão da literatura é fundamental, porque a partir dela compreende-se melhor a importância da linguagem na construção das identidades definidas de

acordo com o gênero. Nas palavras de Joan Scott (1990), encontramos uma primeira discussão da importância do gênero que servirá de base a este trabalho. Ele fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais os conceitos de gênero legitimam e constroem as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca de gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Para a referida autora, o uso do termo gênero, enfatiza todo o sistema de relações que inclui o sexo, mas não está diretamente determinado pelo sexo biológico e a sexualidade (1990, p. 07). Essa afirmação desvincula de um lado a questão da masculinidade/feminilidade e, portanto, o gênero do sexo anatômico e, de outro, acaba por desunir também o objeto de desejo dos sujeitos.

Existe uma naturalização na interpretação das diferenças entre os gêneros determinadas pela interpretação mais comum que se faz das diferenças entre os corpos, no entanto, estas diferenças não são biológicas nem universais, são construídas socialmente. Homens e mulheres, inseridos em qualquer sociedade sob diversos contextos históricos, sociais e culturais estabelecem diferenças de valor entre o masculino e o feminino. Portanto, o sexo anatômico não é elemento fundamental na conduta humana e não define a “normalidade” de um homem ou de uma mulher, mas sim a construção social em torno dele.

Grossi (1998) diferenciou quatro categorias que presentes no senso comum apresentam diferenças: gênero, sexo, identidade de gênero e sexualidade.

O **gênero** refere-se à construção cultural coletiva dos atributos da feminilidade e da masculinidade que culminam em papéis sociais diferenciados. O **sexo** é uma categoria que ilustra a diferenciação biológica entre macho e fêmea, entre homens e mulheres. A **identidade de gênero** está relacionada à localização do sujeito na cultura determinada, na medida em que o masculino e feminino dispõem de territorialidades no espaço social, marcadas por questões específicas na forma como os sujeitos se sentem, se identificam e se situam no mundo.

A **sexualidade**, conceito contemporâneo, define a atividade sexual experienciada pelos humanos, as dimensões sentimentais e a relação dos

indivíduos com seus objetos de desejo. Segundo a autora, a sexualidade é uma regra culturalmente imposta aos indivíduos pelo modelo heterossexista. Explorarei abaixo, os quatro elementos enunciados acima.

3.1. Expressões identitárias de gênero

3.1.1. Gênero

O termo gênero é um conceito das Ciências Sociais originado nos Estados Unidos, na década de 1970, a partir de uma profunda influência do pensamento feminista. Pesquisadores norte-americanos passaram a usar a categoria “gender” para falar das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

Segundo o dicionário Aurélio, a palavra *gênero*, no sentido antropológico, é descrita como manifestação social e cultural, da identidade sexual dos indivíduos. A palavra *identidade* refere-se aos caracteres próprios e exclusivos da pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo etc. Nesse sentido, é correto afirmar, segundo o dicionário Aurélio, que a identidade de uma pessoa não está condicionada só ao sexo biológico em que ela nasce, mas perpassa também a opção de gênero que ela assume sexual e psicologicamente, ou seja, o gênero é construído, implica a definição de uma identidade com maior ou menor consciência dela pelos sujeitos.

No campo de estudos de gênero ou das relações do gênero foram legitimados estudos feministas garantindo um status científico ao termo “mulheres”, visto que predomina socialmente o masculino, através da ideologia patriarcal e das diferenças marcadoras dos indivíduos em termos de classe social e faixa etária.

O uso do gênero expressa todo o sistema de relações, incluindo o sexo, transcendendo a diferença biológica. O sexo está designado somente para a caracterização genética e anatômica dos seres humanos. A maneira de ser do homem e da mulher é fruto do contexto cultural. Sendo assim, gênero significa que homens e mulheres são frutos da realidade social e não decorrentes da

anatomia dos corpos. Refere-se à construção social do sexo, dando sentido à dimensão cultural, a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres.

O gênero está relacionado à construção cultural das características masculinas e femininas. A feminilidade e a masculinidade são apreendidas culturalmente, mas a ideia imposta do masculino e do feminino varia de cultura a cultura e, também, historicamente. O gênero é uma categoria vivida e imposta que leva à identificação de determinadas pessoas considerando-as enquanto pertencentes a um conjunto homogêneo. Assim, pode-se dizer que o gênero é um construtor sociocultural que normaliza os comportamentos esperados por parte de homens e de mulheres. Segundo Scott (1995), a noção de gênero é entendida como relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos.

Quando os historiadores buscam encontrar maneiras pelas quais os conceitos de gênero legitimam e constroem as relações sociais, eles começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Saffioti também teve uma importante contribuição neste campo, quando afirma que a relação de gênero estrutura as relações homem/mulher, mulher/mulher, homem/homem e homossexuais.

Para Saffioti & Almeida (1995, p.23), o gênero, assim como a raça, a etnia e a classe social, são fundantes das relações sociais, pois equilibram as relações homem-mulher, homem-homem, mulher-mulher. O gênero, segundo estas autoras, é "socialmente construído (...) corporifica a sexualidade (não o inverso), que é exercida como uma forma de poder".

3.1.2. Sexo

O sexo é definido, em geral, no nascimento dos indivíduos pelas características biológicas que definem os seres humanos como homens e mulheres. Estas características não são exclusivas, existem indivíduos que possuem ambos, como os intersexuais.

O sexo não pode ser visto como uma realidade natural, sob o qual a cultura age constituindo o que hoje entendemos por gênero. Ele não é exterior a cultura e a história, pois a maneira de olhar para as diferenças anatômicas e os sistemas de classificação adotados são construídos culturalmente e variam dependendo do contexto histórico. Portanto, o corpo humano é sempre visto através de uma interpretação social. Já o sexo não pode ser visto independente do gênero.

A partir do século XVIII, a historicidade do sexo mostra uma mudança nos significados da desigualdade sexual entre homens e mulheres. Todos os “homens” eram vistos como iguais, mas as mulheres, oposto incomensurável do homem, passam a ser vistas como mais frágeis e incapacitadas.

O sexo tornou-se prova conclusiva da diferença. O modelo dos dois sexos, a partir daí, torna-se hegemônico. Mulheres e homens passam a ser comparados como padrão da oposição e não apenas da hierarquia. O sexo anatômico deixou de ser sinônimo de anatomia para ser signo de propriedades naturais específicas. Estas propriedades foram definidas por suas relações. Homens e mulheres devem ter seu tipo de prazer, conduta social e vida afetiva adequada à natureza biológica de “seus sexos”.

Para refletir acerca da historicidade do sexo, citamos Thomas Laquer¹, ele mostra que a noção de diferença sexual ou a própria idéia de dois sexos biológicos distintos é uma concepção historicamente contextualizada em torno dos séculos XVIII e XIX.

3.1.3. Identidade de gênero

A identidade de gênero é a constituição individual do “eu”, a partir do seu auto-reconhecimento psico-emocional, definido através da afinidade com o gênero masculino e/ou feminino, podendo ou não corresponder à demarcação sexual

¹ Laquer: Historiador, professor na Universidade de Berkeley, Califórnia, e é especialista em História Social e da Medicina. Publicou vários livros como: *Inventando o Sexo - Corpo e Gênero dos Gregos a Freud* (Relume-Dumará) e *Sexo Solitário - Uma História Sexual da Masturbação* (Editora Zone Books, 2003).

atribuída à pessoa no momento do seu nascimento. Essas identidades são instáveis e, portanto, estão sempre em transformação.

De acordo com Grossi (1998), a identidade de gênero remete ao sentimento individual de ser menino ou menina. Ao longo de nossas vidas, desenvolvemos uma percepção de quem somos. Definir ser homem ou mulher faz parte desse processo cultural porque nascemos com sexo biológico (masculino e feminino) para além do qual nos tornamos homens e mulheres.

Segundo Stoller (1993:28), a identidade de gênero está associada “à mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, significando que tanto a masculinidade como a feminilidade são encontradas em todas as pessoas, mas em formas e graus diferentes”. A autora desenvolve a idéia de que a masculinidade ou a feminilidade não são apresentadas ao sujeito por determinações biológicas, mas são características culturalmente conquistadas por ele.

Os “Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”² afirmam que a identidade de gênero é a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporais por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

² Princípios de Yogyakarta: documento produzido em novembro/2006 por um grupo de especialistas em direitos humanos e de ativistas envolvidos (as) com debates sobre sexualidade, especialmente em direitos de lésbicas, gays, transgêneros, travestis. O evento aconteceu na Universidade de Gadjah Mada, em Yogyakarta, na Indonésia. O objetivo era produzir um documento de referência para guiar a aplicação da lei internacional de direitos humanos às situações de violação de direitos, discriminação e estigma as quais estão submetidas às pessoas cuja orientação sexual e identidade de gênero divergem da norma heterossexual dominante nas sociedades.

3.1.4. Sexualidade

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a sexualidade como uma energia que encontra sua expressão física, psicológica e social no desejo do contato, ternura e, às vezes, amor.

Para Foucault, o conceito de sexualidade foi originado no final do século XVII, com objetivo de controlar e ordenar a população, estabelecendo diálogos com outros campos de conhecimento, instaurando regras e normas sustentadas por instituições jurídicas, religiosas, pedagógicas e médicas. Neste caso, o autor afirma que a sexualidade não deve ser concebida:

Como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1988).

A sexualidade está cercada em um universo de muitos tabus, mitos e um universo de símbolos, signos, conceitos, normas, padrões etc, relacionada com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia com o corpo. Assim, a sexualidade é um processo que ganha forma inconscientemente e culturalmente, pois se trata de algo fortemente "atravessado" por escolhas morais e disciplinares. Para Picazio (2003, p. 03):

Pensar a sexualidade é algo antigo, tão antigo quanto a natureza humana. As suas diversas formas de expressão também são antigas. É necessário nesse momento da história, compreender suas manifestações dentro do quadro da sua diversidade, pois todas podem conviver harmonicamente na mesma cultura.

A sexualidade é o resultado da interação do mundo interno e externo, da nossa subjetividade e da organização social. Ela envolve um processo contínuo e nem sempre linear de aprendizado e reflexão por meio do qual elaboramos a percepção de quem somos e do que somos; processo este que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos com um sexo biológico. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas (FACHINNI & SIMÕES, 2006). Sexualidade é algo que se aprende. Nessa combinação infinita é

que construímos nossa sexualidade, expressando, orientando e dirigindo nossos desejos afetivo-sexuais.

Se concordarmos que não há um único jeito de ser menino ou de ser menina, de ser homem ou de ser mulher e existem diferentes formas de ser e de viver, existem também diferentes formas de expressar a sexualidade, de amar e de desejar. É esse o aspecto da sexualidade que diz respeito à atração – ou sentimento de atração – que temos por uma ou várias pessoas nos âmbitos, tanto afetivo como sexual.

3.1.5. Orientação Sexual

A expressão *orientação sexual* aponta para o sentido natural e espontâneo da atração física, sexual, erótica e afetiva do indivíduo, que corresponde afinidade física e/ou emocional com o (a) outro (a), caracterizando (a) como “diferente/oposto”, “semelhante/igual”. A partir dela, convencionou-se que heterossexual é o indivíduo que se sente sexualmente atraído por pessoa do sexo oposto; homossexual é o indivíduo que se sente sexualmente atraído por pessoa do mesmo sexo, como por exemplo, gays e lésbicas; bissexual seria o indivíduo que se sente sexualmente atraído por pessoas de ambos os sexos, não necessariamente no mesmo grau de intensidade e nem simultaneamente, como aponta Bárbara Graner (2004).

Para Kinsey³, vários são os níveis de atração entre os sexos, não apenas a heterossexualidade e a homossexualidade exclusivas, e para classificar esses níveis de atração ele criou essa escala, chamada "Escala Kinsey"⁴:

- Heterossexual exclusivo;
- Heterossexual ocasionalmente homossexual;
- Heterossexual mais do que ocasionalmente homossexual;
- Iguamente heterossexual e homossexual também chamado de bissexual;
- Homossexual mais do que ocasionalmente heterossexual;
- Heterossexual ocasionalmente heterossexual;
- Homossexual exclusivo;

³ Kinsey: Em 1947, na Universidade de Indiana, fundou o Instituto de Pesquisa sobre Sexo, hoje chamado de Instituto Kinsey para Pesquisa sobre Sexo, Gênero e Reprodução. Suas pesquisas sobre a sexualidade humana influenciaram profundamente os valores sociais e culturais dos Estados Unidos, principalmente na década de 60, com o início da chamada "Revolução Sexual". Ainda hoje, suas obras são consideradas fundamentais para o entendimento da diversidade sexual humana.

⁴ Fonte: Wikipédia, 1948.

- Indiferente sexualmente.

Kinsey, à sua época, demonstrou que poucos indivíduos são exclusivamente homossexuais ou heterossexuais. A bissexualidade encontrava-se no meio do caminho, entre os pontos extremos da heterossexualidade e da homossexualidade absolutas, sendo descrita como um comportamento, onde a preferência sexual do indivíduo é dirigida indistintamente, para qualquer um dos sexos. Dessa maneira, bissexuais não precisam "escolher" entre homens e mulheres para fazer amor, pois eles originalmente "já preferem" os dois, indistintamente.

Nos *Princípios de Yogyakarta*, já citados, o termo *orientação sexual*, compreende uma referência à capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente do seu, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

Portanto, a diversidade de orientações sexuais não deveria determinar a classificação das pessoas em diferentes categorias, pois isso favorece a discriminação e cristaliza o caráter flexível do desejo humano. Em nossa sociedade, no entanto, o direito de existência e expressão das diferentes possibilidades da sexualidade não é plenamente respeitado.

Na prática, observa-se uma falta de informação acerca do significado das concepções (orientação sexual e identidade de gênero), contribuindo-se assim para estudos das expressões de sexualidade e a incompreensão das múltiplas possibilidades identitárias, praticáveis e vivenciais. É importante destacar que existem diferenças entre o que chamamos aqui de orientação sexual e o que denominamos identidade de gênero. Desta forma, a primeira expressão refere-se à atração externa, ao desejo despertado, a uma reação de desejo por alguém igual a mim, diferente de mim ou ambos.

Uma nova dinâmica do movimento desses conceitos, no que se refere a gênero, sexualidades e o corpo vêm se impondo nas últimas décadas, propondo um novo olhar sobre vários contextos sociais, históricos e culturais que se articulam para denominar as identidades.

Aponto aqui a Teoria de Gênero, de origem norte-americana, nos anos de 1970. Para tal universo teórico não existe necessariamente uma correspondência

entre o sexo biológico, a representação do eu (si), os papéis sociais e desejos e as práticas sexuais. Ela vai além do sexo anatômico e da reprodução, os corpos não teriam sentido intrínseco.

A sexualidade transcende os limites do ato sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações. A questão de orientação é diferente de identidade de gênero. A orientação sexual é sempre transcendente ao corpo e não necessariamente coincide com o gênero feminino ou masculino. Tudo isso pode ser compreendido como construído culturalmente.

No seu cotidiano, as travestis e transexuais são as principais protagonistas concretas deste campo de discussão política sobre a polarização social entre masculino e feminino e também da sexualidade, com suas vivências práticas que algumas vezes contribuem para a desconstrução da normatividade heterossexual, proporcionando mais que outros sujeitos, reflexões teóricas em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Essas análises levaram-me a conhecer, refletir e dialogar com diversos autores sobre a temática escolhida.

3.2. Travestilidade: a construção da feminilidade

A mesma pessoa. Não há diferença. Só o sexo é diferente.

(Orlando, no filme *Olhando na frente do espelho*)

O termo *travestilidade* teve origem na língua francesa, como variante de *burlesque*, gênero artístico, relacionado ao erotismo. *Travestie* referia-se à forma de se vestir em casas de espetáculos na França, onde mulheres se apresentavam com roupas pequenas e provocantes a partir do século XV. Na língua inglesa, o termo preferido é “travestite”, criado a partir dos estudos do sexologista alemão, Dr. Magnus Hirschfeld, que redigiu a obra *Die Transvestiten* no ano de 1925. A obra descreve que o termo “transvestite”, está relacionando a pessoas que se vestiam voluntariamente com roupas do sexo oposto.

No século XVIII, na Inglaterra, os bailes de máscara proporcionaram um olhar histórico sobre a cultura em torno da figura travesti. Permeado pelo clima de carnaval, os bailes eram marcados pelas transgressões às normas sociais, onde

havia uma expressiva luta de classes, possibilitando que os indivíduos e a violação das normas sociais definidas para a sexualidade.

Contudo, o baile de máscaras do século XVIII representou a afirmação de uma nova sexualidade. Conforme Castle (1999, p. 218), os bailes de máscaras proporcionaram no século XVIII a afirmação de novas sexualidades. As transgressões atacaram as rígidas fronteiras de comportamento entre os gêneros o que potencializou maior individualidade e expressão de desejos sexuais.

Naquele período, a figura *travesti* tomou espaço no centro da Inglaterra, uma expressão do desejo oculto dos indivíduos. Sua figura transgredia os modelos hierárquicos impostos pela norma vigente. As roupas marcavam as diferenças entre homens e mulheres, trocar os vestuários significava ir contra os padrões morais da sociedade. Segundo Castle:

O travesti erotizou o mundo. Não só as pessoas se livraram de suas inibições como também podiam experimentar, hipoteticamente pelo menos, um novo corpo e seus prazeres. A troca de roupa era também uma troca de desejos. O resultado era uma fuga do ‘natural’ – de tudo o que fosse culturalmente preordenado – para novos domínios da desordem voluptuosa (CASTLE, 1999, p. 201).

Somente na segunda metade do século XX, travestir-se passou a ser pensado como uma identidade sexual. Tudo isso se tornou possível devido a importantes transformações sociais e políticas que ocorreram no final da década de 1960.

A década de 1960 foi um período de grande questionamento da sexualidade, do sexo como fonte de prazer e não apenas como dispositivo para reprodução humana e, também como campo de luta pelo direito à participação política e elemento indispensável à cidadania plena.

Entre os vários movimentos sociais que despontaram naquele período, destaca-se o movimento feminista, o movimento negro e o “movimento gay”⁵, porque todos questionam de alguma forma as relações afetivo-sexuais no âmbito das relações íntimas do espaço privado. O movimento feminista lutava contra a dominação masculina e a divisão de trabalho. O movimento negro nos EUA contestava a segregação étnica que limitava seus direitos, inclusive à constituição de casais hetero-crômicos. E o movimento gay que reivindicava direitos civis, havia o pleito pela retirada do termo homossexualidade da lista das doenças da

⁵ Esta era expressão que exprimia naquele momento histórico a luta de gays, lésbicas, bissexuais e travestis por cidadania.

Organização Mundial de Saúde e pela efetivação da cidadania em diversos outros aspectos.

O movimento LGBT⁶ abarca hoje uma ampla diversidade de atores sociais, que reivindicam o reconhecimento não-discriminatório das possibilidades de se constituir enquanto sujeito e, tanto pela orientação sexual quanto pela identidade de gênero, questionam o padrão da hetero-normatividade constituído social e historicamente de forma hegemônica.

Embora as travestis estivessem até os anos de 1960 associados (e subsumidos) aos homossexuais, os estudos acadêmicos demonstraram que há singularidades nestes grupos de indivíduos ou identidades, existindo por isso, no interior do movimento LGBT, associações próprias de travestis na luta por reivindicações específicas. Travestis se definem, segundo a literatura antropológica mais recente, como sujeitos que transformam e que ornamentam seu corpo com a finalidade de aproximá-lo, pela aparência, ao do sexo oposto (MELLO, 1999; PATRÍCIO, 2002). O conceito de travesti, segundo Pelúcio:

As travestis são pessoas que nascem com o sexo genital masculino (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. Via de regra, as travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim, não se identificam com os homens homo-orientados (Pelúcio, 2006, p. 03-04).

Pelúcio (2007) optou pelo termo e conceito de “travestilidades”, que engloba os variados aspectos que compõem a pluralidade desta categoria de identidade, sinalizando as multiplicidades da experiência do cotidiano de tantos (as) travestis, na construção e desconstrução dos seus corpos, ao invés de “travesti”, “travestismo” que muitas vezes, é visto de forma simplificada.

Para (Pelúcio, 2007), o termo afirma a multiplicidade da experiência ligada à construção e desconstrução dos corpos, ainda que exista uma rigidez no gênero destes sujeitos. Essa rigidez existe devido às experiências constituídas dentro da hetero-normatividade, o que não impede que o corpo da travesti “comporte uma ambigüidade, o que causa incertezas, dúvidas nos códigos de inteligibilidade, pois

⁶ Este é o termo que passou a designar o movimento formado por indivíduos e grupos identificados como de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais após a realização da Conferência Nacional LGBT em 2007, por determinação da própria Conferência.

é “um corpo aparentemente feminino que entre as pernas há um órgão sexual masculino, e mais ainda, faz uso dele” (Peres, 2005, p. 25-26).

3.2.1.

As metamorfoses do corpo: a construção da identidade feminina

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, com esta frase, Simone de Beauvoir (1967, p. 09), deu uma contribuição importante ao movimento feminista tecendo uma reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas sociedades modernas e sobre o caráter socialmente construído delas. A filósofa mostrou que não se nasce, mas *torna-se*, que os seres humanos são resultados do processo histórico, social e cultural em que vivem, excluindo daí a apreensão natural do gênero masculino e feminino. Portanto, concluímos a partir dela, que a normalidade e a diferença são construídas culturalmente, socialmente e historicamente.

O corpo para as travestis é um aspecto-chave no processo da sua identificação de gênero, esse corpo se modifica gradativamente desafiando sua condição biológica e física do universo masculino.

Normalmente, é na fase da puberdade que as travestis passam pelo processo da construção do “novo corpo”, a formatação feminina. É um segundo nascimento, conforme a metáfora empregada por Silva e Florentino (1996), um segundo nascimento com um novo corpo, com um corpo feminino, que tem, por sua vez, qualidades e atributos diferentes do corpo da mulher. Elas usam uma série de técnicas, produtos e investimentos para a produção deste corpo e da condição feminina.

As travestis realizam pontualmente um investimento sobre seus corpos, através de roupas, depilação, cabelo, perfumes, cosméticos, próteses e adequações estéticas e hormonais, estabelecendo experiências sociais para a construção da identidade *travesti*.

Segundo Benedetti (2005), o processo de transformação das travestis constitui uma luta pelo que elas chamam de feminino que lhes é próprio. Fabricam formas e contornos femininos, com auxílio da tecnologia, da medicina estética, nos seus próprios corpos, criam seu próprio gênero, seus próprios valores

relacionados ao feminino e ao masculino. Isso evidencia uma construção social da identidade de gênero própria das travestis.

Um dos artifícios essenciais na vida de uma travesti é iniciar o uso de hormônios. Com a hormonioterapia, as mudanças corporais se mostram mais visíveis e mais definitivas: os seios se desenvolvem, a silhueta se arredonda, os pêlos do corpo e da barba diminuem em quantidade e tamanho. A ingestão de tratamento hormonal parece ser a própria decisão de incorporar e dar publicidade à identidade travesti.

Os hormônios femininos são normalmente o primeiro (e para algumas o único) produto a ser acionado com este objetivo. Estas substâncias começam a agir sobre o organismo, desenvolvendo os seios, arredondando os quadris e os membros inferiores e superiores, afinando a cintura (e a voz, segundo algumas) e diminuindo a produção de pêlos, especialmente os da barba, do peito e das pernas.

“O hormônio é como um alimento para o corpo”. O tratamento hormonal parece ser este veículo que integra e exterioriza as dimensões físicas e morais no universo das travestis. É com ele que se adquirem novas características nas formas do corpo, bem como novas particularidades de uma ordem moral que dizem respeito ao comportamento feminino na sociedade (Benedetti 1998, p. 16).

Outro aspecto importante, é que as travestis percebem o corpo não apenas como atributo social, mas suas verdadeiras identidades sociais, pois este processo faz parte inclusive da sua formação enquanto pessoa (Benedetti, 2005). Contudo, estudos referentes às travestis (de masculino para feminino, no caso) consistem em homens que produzem modificações em seus corpos com o objetivo de torná-los femininos e de fazê-los parecer com os de mulheres, sem, no entanto, visar à cirurgia de transgenitalização (Benedetti, 2000).

Assim as travestis produzem e reproduzem em seus corpos os signos do feminino, numa ação que elas denominam de “montagem” e nesta operação utilizam roupas, adereços e *lingeries* femininas. Reconfigurando o próprio corpo e alterando o nome, esses sujeitos manipulam e reconstroem os gêneros, quebrando a idéia da existência de uma categoria identitária binária, fixa e imutável.

Ainda conforme o autor, em volta da travesti existe uma dupla identidade. A primeira que é a identidade própria, envolvida pela constante procura da beleza, dos vestidos bonitos, da maquiagem perfeita, tornando forte sua super exposição.

A segunda, a identidade criada pela sociedade, no exato momento que a travesti sai de casa e ela é alvo de chacotas, risos, piadas e tons irônicos.

Como elucida Silva (1993, p.41), "a travesti tem dupla pele: a de purpurina e a de humilhação. Em que ordem não se sabe. Ou talvez numa pele só, tecida pelos dois ingredientes".

Entretanto, ao mencionar que o principal trabalho da travesti é a correção de sua própria natureza, Silva (1993, p. 37) traduz a transformação do modo das travestis concretizarem sua feminilidade: as roupas, acessórios, sapatos, desprendem do exagero, possibilitando o trânsito do papel mulher. Essa interiorização comporta gestos, sutilezas, estratégias amorosas, que tornam ainda mais socialmente convincentes o desempenho ou a performatividade desses sujeitos (Butler, 2003).

Portanto, a travestilidade pode ser vista como o processo de construção do feminino, muitas vezes glamourizado, ligado historicamente à noite e às artes dos palcos, mas que veio se constituindo como “fruto histórico do asfalto e das grandes aglomerações urbanas”, como descreveu Hélio Silva (1993, p. 39). Tudo isso vincula a vida urbana da trajetória de tantas travestis que buscam no anonimato das cidades, um espaço para viverem conforme suas identidades.

As transformações do corpo e da estética da travesti envolvem elementos heterogêneos, que interferem no direito de acesso a bens e serviços de qualidade, ou ainda, de escolhas frente à proteção e garantias de sua qualidade de vida, tais como apontam as pesquisas de Benedetti (2000), Peres (2005) e Pelúcio (2007).

Um dos aspectos fundamentais dos processos de transformação experimentados pelas travestis é a condição socioeconômica e cultural da travesti que deseja passar pela transformação que, muitas vezes contribui para transformá-la em alvo da violência estrutural. A ausência de mínimas condições socioeconômicas traz conseqüências que variam da estigmatização tão somente, à discriminação, exclusão, violência e morte.

Por exemplo, diante da falta de condições econômicas adequadas que permitam moldar seu corpo com próteses de silicones e incisões cirúrgicas, muitas delas se submetem a um processo alternativo de “escultura” corporal, realizado por outra pessoa (normalmente travesti) chamada de “Bombadeira” (que bomba/injeta silicone industrial em outro corpo), muitas vezes sem nenhuma assepsia, submetendo-se a riscos de infecções ou até de morte súbita. Mesmo

diante de riscos e incertezas, as travestis transformam seus corpos movidos por um forte desejo, mesmo que seja através das sensações de prazer e de dor.

3.2.2. Travesti: protagonismo político

O cotidiano das travestis vem tomando espaço na sociedade brasileira, seja através de personagens de telenovelas, artistas, de figuras políticas importantes no cenário da luta por direitos humanos, pela melhoria da saúde e pela liberdade no plano da identidade de gênero.

A crescente visibilidade que o movimento das travestis tem alcançado seja por mérito da organização política promovida pelos grupos organizados, da incidência política de ações voltadas para o público LGBT e da luta pelo reconhecimento da identidade política do corpo.

Um evento importante no calendário desse segmento é o Dia da Visibilidade das Travestis e Transexuais, 29 de janeiro, inaugurado em 2000, quando um grupo de travestis organizadas na Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), negociou com o Governo Federal e com o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, uma campanha de esclarecimento à população sobre quem são e o que querem os/as travestis visando reduzir a vulnerabilidade dos/as mesmos (as)⁷.

Através da apresentação de trabalho realizada pela ativista Bárbara Graner, desde a década de 1990 até os dias atuais, foram realizadas no Brasil, tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado, algumas ações voltadas para pessoas que vivenciam a travestilidade e/ou sobre elas. Entre elas, destaco:

- Execução de projetos governamentais e não-governamentais de prevenção de DST/AIDS voltados especialmente para travestis;

⁷ O emprego do artigo “a” antes da palavra “travesti” justifica-se no emprego do termo travesti como feminino. Primeiro porque refere-se ao respeito pela utilização do termo por muitas travestis (que se denominam no sentido feminino). Manter a designação feminina significa valorizar a transformação corporal buscada por elas. Por outro lado, explicita o âmbito político, são as reivindicações do próprio movimento organizado justificando o respeito e a garantia da construção do feminino entre as travestis e transexuais (Benedetti, 2005). Na minha pesquisa eu me referencio ao gênero feminino, pois as travestis entrevistadas na pesquisa se referenciam no feminino.

- Realização dos ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que trabalham na prevenção da AIDS) com financiamento público, a partir de 1993;
- Estabelecimento jurídico da ANTRA (Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros) em 2000;
- Elaboração e implementação do PROJETO TULIPA (Travestis Unidas na luta incansável pela prevenção da AIDS) em 2003;
- Lançamento da campanha “TRAVESTI E RESPEITO” em 29/01/2004.

A partir de um grupo de travestis e transexuais, de mais de 20 instituições no ano de 1992, foi criada uma rede nacional a fim de que proporcionasse uma maior articulação política do segmento dentro do cenário nacional. O trabalho iniciou-se em Porto Alegre (RS) no mês de dezembro, quando foi fundada a Articulação Nacional de Transgêneros, que depois se tornou Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA). Após a criação da Associação em rede nacional, foram iniciadas várias ações no âmbito das políticas públicas para o segmento e promovida a ocupação de espaços de controle social da gestão pública.

Os encontros nacionais de travestis iniciaram em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, realizados inicialmente pelo grupo ASTRAL. O ASTRAL foi o primeiro grupo organizado de travestis no Rio de Janeiro. O ENTLAIDS permanece sendo um encontro de amadurecimento político para as travestis e transexuais dentro do cenário político nacional atual.

Na data de 29 de Janeiro de 2004, foi lançada uma campanha no Congresso Nacional, sob o título: **“Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos, em casa, na escola, na boate, na vida”**. Numa audiência pública, com a presença de vários deputados e travestis de todos os estados ocorreu o lançamento. A partir daquela data, todos os estados e municípios foram orientados a aderirem a essa campanha.

No mês de dezembro de 2009, ocorreu o 16º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, com o *slogan*: “Muito prazer, eu existo!”, onde ativistas das cinco regiões brasileiras se reuniram para discutir temas como a utilização do nome social em documentos pessoais e políticas públicas em diferentes áreas, com o objetivo de buscar a cidadania plena dessa parcela da população.

No encontro foi apresentada uma proposta de ter um *processo travestizador* no Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, o SUS já realiza o processo transexualizador (administração de hormônios antes de cirurgias, centros de referência regionalizados no acompanhamento anual das taxas hormonais e, por dois anos antes e após a cirurgia de transgenitalização, por uma equipe multiprofissional. O processo transexualizador é destinado a mulheres e homens transexuais.

O movimento de travestis e transexuais⁸ almeja o reconhecimento da identidade travesti a partir de políticas públicas específicas, prevendo ações como a hormonioterapia, cirurgias plásticas e acompanhamento psicoterápico. Isso reduziria o uso de silicone líquido (de uso industrial), utilizado para modelar o corpo, diminuindo, também, o risco de morte pelo uso da substância.

Importante destacar que o processo travestizador não se limitaria à possibilidade do uso seguro do silicone, mas ofereceria melhores condições para o conforto psíquico, atuando no plano da saúde sexual e atenuando os efeitos das múltiplas violências que muitas vezes integram a trajetória de travestis.

3.3.

Transexualidade: Re-significação do “SER MULHER”

De quem é o olhar
que espreita por meus olhos?
Quando penso que vejo,
Quem continua vendo
Enquanto estou pensando?

(Fernando Pessoa)

Historicamente, o termo *transexualidade* teve seu uso no ano de 1910, quando o sexólogo Magnus Hirschfeld utilizou o termo “transexualpsíquico” para se referir a travestis fetichistas⁹ (Castel, 2001). O termo voltou a ser utilizado em 1949, quando Cauldwell publicou um estudo de caso de um transexual que queria

⁸ Que pode ser entendido como uma derivação e constituinte do movimento LGBT.

⁹ O Travestismo Fetichista: Vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. O travestismo fetichista se distingue do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual. Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo. Fetichismo com travestismo.

se masculinizar. Naqueles casos, foram apresentadas algumas características que viriam a ser consideradas como exclusivas dos/as transexuais. Naquele período, não havia claramente uma distinção conceitual entre transexuais, travestis e homossexuais.

Para Cauldwell, transexual é o “indivíduo que apresenta desconforto com o seu sexo de origem, objetivando a transformação de seu corpo de acordo com o seu desejo viver como se pertencesse ao sexo oposto”.

Na década de 1950 do século XX, após as primeiras experiências cirúrgicas de mudança de sexo através da retirada do pênis, surgiu o conceito de transexualismo¹⁰, termo formulado pelo médico norte-americano Harry Benjamin que designava um distúrbio relativo à identidade sexual.

As investigações de Benjamin eram baseadas em casos de pacientes submetidos a tratamentos hormonais e cirúrgicos que visavam à transformação da aparência sexual, baseando no seu manifesto pertencimento a outro sexo. O crescimento dos conhecimentos médicos-científicos em hormonioterapia e cirurgias contribuiu para o surgimento do conceito de transexualismo e de seu reconhecimento social.

A década de 1960, nos EUA, foi um momento de grandes desdobramentos práticos de várias formulações com relação à transexualidade. Naquele período, o transexualismo passou a ser considerado “disforia de gênero”¹¹, termo usado em 1973 por John Money.

Jonh Money (1947) utiliza pela primeira vez a palavra gênero para designar certa plasticidade da sexualidade, passível, na sua concepção, de ser moldada pela tecnologia, reagindo numa independência radical entre o social e o biológico. A educação seria modeladora do gênero dos indivíduos e este, por sua vez, prevaleceria em relação ao sexo.

No entanto, tal concepção, deveras construtivista, seguia um modelo rígido de determinação da feminilidade e da masculinidade. E é através desta rigidez que foi fundamentada a noção de “transexual verdadeiro”. Com a necessidade de

¹⁰ Utiliza-se o termo transexualismo e não transexualidade, por refere-se à terminologia médica que ainda é utilizada amplamente pela categoria.

¹¹ Para King (1998), a utilização do nome “disforia” teve como objetivo demarcar e delimitar o campo do saber médico com a popularização que o termo “transexualismo” adquiriu. Esse debate não perpassa apenas o âmbito da medicina, mas também os espaços jurídicos, religiosos e culturais, além de na última década, vir sendo desenvolvido no âmbito da psicologia e das ciências sociais, com diferentes posicionamentos na avaliação de suas conseqüências subjetivas e sociais.

regulamentação do acesso às redesignações sexuais, as transexuais foram inseridas em processos terapêuticos formais com a criação de centros de transgenitalização e a elaboração de protocolos de atendimento com base nas definições de Harry Benjamin.

Com este objetivo, Norman Fisk, em 1973, fundamentou uma nomenclatura das doenças psiquiátricas para o *transexualismo*, ancorada fundamentalmente num autodiagnóstico. Em 1977, essa condição foi incorporada à categoria de “Disforia de Gênero”. Posteriormente, em 1980, a condição transexual foi agregada ao Manual de Diagnóstico Psiquiátrico, DSM III (*Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais*) e, em 1994, com a publicação do DSM IV, o termo “transexualismo” foi substituído por “Transtorno de Identidade de Gênero” (TIG).

O termo *transexualismo* é oriundo de uma racionalidade que pressupõe que o sexo é algo definido pela natureza, fundamentado no corpo orgânico, biológico e genético, e que o gênero é algo que se adquire através da cultura. Esta compreensão se baseia na percepção de que o sexo – homem ou mulher – é um dado natural, não histórico e o gênero é uma construção histórica e social. Esta tese, porém, por um lado determinista e por outro construtivista, restringe em muito a possibilidade de compreensão das subjetividades e das sexualidades, mas é justamente ela que vai imperar na fundamentação do fenômeno da transexualidade, como desacordo entre sexo e gênero, considerando este desacordo uma patologia. Esses raciocínios já foram bastante problematizados por Michael Foucault, e Judith Butler.

Segundo Foucault (1993), o dispositivo da sexualidade na modernidade só pode ser compreendido através dos mecanismos de poder e saber que lhes são intrínsecos. Assim, *sexo* é o resultado complexo de uma experiência histórica singular e não uma invariante passível de diversas manifestações. Em outras palavras, *sexo* – homem, mulher – não é um simples fato ou uma condição estática e sim “uma construção ideal forçosamente materializada através do tempo”.

Da mesma forma, segundo Butler, *gênero* não é uma construção social imposta a uma matéria anteriormente determinada (o sexo), e sim um efeito performático que possibilita a constituição e o reconhecimento de uma trajetória sexuada, a qual adquire uma estabilidade em função da repetição e da reiteração de normas. Assim, é importante pensar através de que normas reguladoras se materializam os sistemas *sexo-gênero*.

Desta forma, qualquer teoria que isole a categoria *transexualidade* ou mesmo *transexualismo* sem levar em conta que esta definição surgiu principalmente para regulamentar o acesso às modificações corporais do sexo, corre o risco de produzir um conceito deveras artificial, um molde vazio de conteúdo e experiência.

Para Verde & Graziotin (1997) e Stoller (1982) o *transexualismo* é uma desordem pouco comum, na qual uma pessoa anatomicamente normal sente-se como membro do sexo oposto e, conseqüentemente, deseja trocar o seu sexo, embora suficientemente consciente de sexo biológico.

Mas o transexualismo para a literatura médico-psiquiátrica identifica-se em geral com a definição expressa por Farina:

Pseudo-síndrome psiquiátrica, profundamente dramática e desconcertante, na qual o indivíduo se identifica com o gênero oposto. Trata-se de manifestação extrema de inversão psicosssexual, em que o indivíduo nega o seu sexo biológico e exige a operação de reajustamento sexual a fim de poder assumir a identidade do seu verdadeiro gênero, que não condiz com o seu sexo anatômico (Farina, 1982, p. 117).

O sujeito transexual para a literatura médico-psiquiátrica se caracterizaria por apresentar incompatibilidade entre sexo e gênero (Silveira, 2006). São como mulheres em corpos biológicos de homens e homens em corpos biológicos de mulheres. Transexuais geralmente submetem-se a tratamentos hormonais¹² e a cirurgias para adequar seu corpo biológico à identidade feminina e, mais recentemente no Brasil, também transexuais submetem-se a tratamentos hormonais e a cirurgias para adequar seu corpo biológico à identidade masculina, constituindo-se como homens transexuais.

Nas leituras mais conservadoras, o termo *homem transexual* segue definindo como indivíduos nascidos com corpos assignados como masculinos ao nascerem, assim o termo *mulheres transexuais* serve para designar, indivíduos nascidos como corpos assignados como femininos ao nascerem. Esse cenário vem mudando muito pela força da demanda dos próprios sujeitos e profissionais mais

¹² Importante destacar que nem todas as mulheres e homens transexuais desejam se submeter a mudanças corporais, embora sigam sua identidade de gênero.

progressistas que estão inseridos nesse processo, reconhecendo como legítima a forma como os próprios sujeitos se reconhecem.

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou *experimentalmente* a realização das cirurgias de transgenitalização no Brasil. Trata-se de um procedimento para a mudança do sexo. A opção pela cirurgia é criteriosa, baseada em “diagnóstico” realizado por uma equipe multiprofissional. Esse diagnóstico é realizado a partir da constatação da presença de desconforto com o sexo anatômico natural, do desejo de eliminar os genitais, de perder as características primárias e secundárias do próprio sexo para ganhar as do sexo oposto, da permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos e da ausência de outros transtornos mentais (Conselho Federal de Medicina - CFM, 1997). Essa resolução foi revogada em 2002 (Conselho Federal de Medicina - CFM, 2002).

Silveira (2006) aponta a relevância da cirurgia de transgenitalização por compatibilizar sexo e gênero, auxiliando na confirmação social da identidade do transexual. Além da mudança de sexo podem ser realizadas outras cirurgias como rinoplastia, mamoplastia e cirurgia na laringe (Athayde, 2001).

Baseado nas resoluções do Conselho Federal de Medicina – CFM, o Ministério da Saúde (MS) passou a custear as cirurgias e definiu diretrizes para o processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS) através da Portaria nº 1.707/ 2008. Essa Portaria nº 457/2008 do MS estabelece os procedimentos para tratamento hormonal, cirúrgico e acompanhamento terapêutico. As cirurgias cobertas pelo SUS são a do aparelho geniturinário e a cirurgia na laringe. O acompanhamento proposto deve ser realizado por uma equipe multiprofissional composta por médico psiquiatra, endocrinologista, psicólogo e assistente social.

Para o setor do Serviço Social, seria interessante discutir o importante espaço profissional e de poder em que esta Portaria projeta o assistente social.

Há um forte sentimento de celebração de pessoas que veem na cirurgia de transgenitalização uma possibilidade da mudança de sexo criada pela ciência, como uma vitória da liberdade individual seguindo para a emancipação feminina e o reconhecimento social da sua identidade de gênero. Por outro lado, há também uma forte campanha internacional, que já ganha visibilidade entre os (as) transexuais, pela despatologização do transexualismo.

A inadequação da identidade de gênero ao corpo biológico de nascimento é dada por pessoas que são chamadas de transexuais. Para essas pessoas, o corpo é de um sexo e a “alma” é de outro sexo.

Com os avanços de estudos sobre questões relacionadas ao sexo e gênero vistas ao longo da história, reconhece-se a importância da contextualização histórica e ideológica da sociedade, para a compreensão destes fenômenos. A transexualidade é caracterizada, atualmente, como um fato novo, visto que tem cerca de cinco décadas. Importante salientar que a transexualidade é considerada nova, porque está condicionada a questão cirúrgica e os procedimentos médicos que a envolvem. Pelo dicionário, a origem da palavra transexualidade, é retrata como condição pela Organização Mundial de Saúde - OMS como um tipo de identidade de gênero¹³, mas pode ser considerada apenas o espectro do transtorno de identidade de gênero¹⁴, refere-se à condição do indivíduo que possui uma identidade de gênero diferente da designada no nascimento, tendo o desejo de viver e ser aceito como sendo do sexo oposto.

Para a literatura médico-psiquiátrica, homens e mulheres transexuais necessariamente apresentariam uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico, desejariam fazer uma transição de seu sexo de nascimento para o sexo oposto (sexo-alvo) com alguma ajuda médica (terapia de reatribuição de gênero) para seu corpo.

A explicação estereotipada é de "uma mulher presa em um corpo masculino" ou vice-versa, ainda que muitos membros da comunidade transexual, assim como pessoas de fora da comunidade rejeitem esta formulação. Para Vieira, por exemplo:

O transexual reprova veementemente seus órgãos externos, dos quais deseja se livrar por meio de cirurgia. Costumamos dizer que o transexual masculino é uma mulher com corpo de homem, pois suas reações são próprias do sexo com o qual se identifica psíquica e socialmente. Culpar este indivíduo é o mesmo que culpar a bússola por apontar para o norte. A transexualidade, segundo nosso atual modo de pensar, é resultante de uma

¹³A identidade de gênero diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos por homens e mulheres. Fonte: Livro: Gênero e Diversidade Sexual na Escola: formação de professores/as em gênero, Sexualidades, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, 2009.

¹⁴Transtorno de Identidade de Gênero como o estado psicopatológico de transexualismo feminino e masculino. Fonte: Livro: Gênero e Diversidade Sexual na Escola: formação de professores/as em gênero, Sexualidades, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, 2009.

alteração genética com componente cerebral, combinada com a alteração hormonal e com o fator social. (Vieira, 2000, p. 62).

A autora referenda a epistemologia do transexualismo, uma literatura bastante conservadora, que está fixada no corpo biológico como para parâmetro de definição inclusive da nomenclatura como associação de fatores genéticos, fatores mentais e hormonais. Mas as pesquisas realizadas até então não confirmam a gênese deste fenômeno, pois prevalece a multi-fatoriedade e a complementaridade.

Como vimos, a transexualidade tende a ser considerada pela literatura médico-psiquiátrica sob um prisma patologizante (doença) e diversos especialistas da medicina (médicos, psiquiatras, psicólogos, sexólogos) defendem que ela é uma “anormalidade”, ou seja, um “desvio” que necessita ser corrigido.

A socióloga Berenice Bento¹⁵, faz uma crítica contundente ao discurso biomédico que inventa o "transexualismo". A autora, por meio das próprias vozes das transexuais, questiona a legitimidade da biomedicina, demonstrando como esses saberes percebem o "transexual de verdade" como cópia patologizada e mal acabada de seres heterossexuais completos e saudáveis.

A pesquisadora acredita que, com a entrada das Ciências Sociais e o discurso dos próprios sujeitos envolvidos na discussão da temática, pretende-se desconstruir o “transexualismo” como doença.

Ela propõe a desconstrução de um “transexual universal”¹⁶ e problematiza a legitimidade do saber/poder biomédico na patologização de uma experiência que excede em muito esse saber. Ela se contrapõe à idéia da transexualidade como enfermidade, mostrando que, nas explicações patologizantes, ocorre uma inversão, ao supor que o conflito está no sujeito e não nas normas de gênero.

No processo de desconstrução do transexual universal, a autora desenvolve uma reflexão sobre gênero e sexualidade. Ela mostra que a transexualidade é uma experiência que está localizada no gênero e que as cirurgias de transgenitalização

¹⁵ Berenice Bento é pós-doutora em Sociologia. Fez sua pesquisa para seu doutorado na UNB (Universidade de Brasília) e na Espanha (Universidade de Barcelona), atuando no campo da transexualidade. É diretora da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH).

¹⁶ Transexual universal: é a despatologização da transexualidade, bem como politizar o debate, compreendendo que o poder da medicalização/biologização das condutas sexuais e dos gêneros ressignificando o pecado no anormal e deslocando o foco para o indivíduo, para as relações de poder, que são construídas na normalidade e patologia. Cf. Bento (2006).

e as outras mudanças que acompanham o processo transexualizador, nada revelam sobre a orientação sexual do sujeito: “A reivindicação dos/as transexuais é, sobretudo, o reconhecimento como membro do gênero com o qual se identifica, o qual estaria em discordância com suas genitálias”, afirma.

Desde o início do ano 2000, também vêm ocorrendo muitos avanços voltados pelas pessoas que vivenciam a transexualidade, tais como:

- Realização do 1º Encontro Nacional de Transexuais em novembro de 2005;
- Formação da primeira rede de articulação nacional de pessoas que vivenciam a Transexualidade: o COLETIVO NACIONAL DE TRANSEXUAIS (CNT) em novembro de 2005;
- Assento no Comitê Técnico em Saúde da População GLBT do Ministério da Saúde em novembro de 2005;
- Pactuação do “*Processo Transexualizador do SUS*”, junto ao Ministério da Saúde;
- Inclusão do segmento de mulheres que vivenciam a Transexualidade no Plano Estratégico de Enfrentamento da Feminização do HIV/AIDS e outras DST’s;
- Projeto de lei para alteração de pré-nome e sexo no assentamento jurídico, independente de realização da cirurgia de adequação genital;
- Problematização da Transexualidade e sua real significação na constituição identitária do indivíduo.

A questão da transexualidade tem muito que galgar em termos de visibilidade pública, conquista de direitos de cidadania e na produção acadêmico-científica. Esse tema e segmento precisam de equipes comprometidas com princípios de respeito, dignidade, integridade e cidadania. Sinalizo que a discussão de transexualidade foi incorporada neste trabalho porque dois dos sujeitos entrevistados se auto-identificaram como “transexuais femininas”.

Existem eventuais diferenças no cotidiano de travestis e transexuais, embora ambas com aparências femininas são totalmente diferentes. No entanto, é importante discutir que o senso comum, devido à falta de conhecimento colocando todo mundo na mesma sacola, não diferenciando suas especificidades e características. Neste sentido, a discriminação experimentada por esses segmentos também incidiria no outro.

3.4. Vulnerabilidades de Travestis e Transexuais: processo de exclusão

A incompreensão sobre o que venha a ser identidade de gênero (seu devido valor na sexualidade humana e suas possíveis expressões a partir de seu estabelecimento) e sobre a significação vivencial da transexualidade e travestilidade, tem contribuído para violentos processos de exclusão social dessas pessoas, expressos por exemplo nas problemáticas relacionais e familiares; na evasão escolar e baixa escolaridade; no freqüente despreparo técnico e profissional; na discriminação no mercado de trabalho; na vulnerabilização e nas violências, tanto social quanto institucional.

As travestis em especial são afetadas por vários aspectos de vulnerabilidade, tais como: pessoais (desconhecimento da sexualidade, construção e expressão do modelo hetero-normativo e a negação da apropriação do protagonismo político e social); vulnerabilidade social (violência e exclusão social, dificuldade de acesso aos recursos sociais: escola, trabalho e lazer e a configuração do estereótipo de fragilidade) e vulnerabilidade institucional (despreparo de profissionais da rede pública, diversos setores e níveis, ausência de programas e ações das demandas específicas e o descaso), como demonstra a apresentação de trabalho de Bárbara Graner (2008).

Ainda baseando-me em Graner (2008), afirmo que as questões das transexuais também envolvem questões de vulnerabilidade pessoal (sexualidade sub-compreendida; assimilação e expressão de um modelo ortodoxo do masculino/feminino; não-apropriação do protagonismo numa atuação social e política; vulnerabilidade social (violência e/ou exclusão familiar; fragilidade no ingresso a diversos espaços sociais (escolar, trabalhista, lazer); configura estereótipo de fragilidade e inércia no imaginário coletivo. E a vulnerabilidade

institucional (despreparo do profissional da rede pública (diversos setores e níveis) quanto à significação real da transexualidade e seus múltiplos fatores identitários e vivenciais; a ausência de programas e ações que atendam as suas demandas específicas e atenção diferenciada frequentemente “não-justificável” diante da porcentagem populacional deste segmento.

No entanto a atenção diferenciada no plano das políticas públicas não está necessariamente ligada à relevância estatística.

Os desafios são enormes e importantes no processo de construção da autonomia e sustentabilidade das pessoas que vivenciam essas realidades, como por exemplo: o direito à mudança da identidade civil. Tal possibilidade legal de mudança da identidade civil, hoje só obtida no Brasil mediante decisões judiciais individualizadas, contribuiria para melhor o cotidiano das travestis e transexuais em vários aspectos, especialmente no que se refere à profissionalização e à escolarização, à padronização respeitosa dos atendimentos na área de saúde e à capacitação desses profissionais.